

6

DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2023.e75697>

Recebido: 15/07/2020

Aceito: 23/05/2023

Mapeamento das produções brasileiras do strictu sensu em gestão social: identificação de padrões e seus reflexos sobre a disseminação do campo

Mapping Brazilian strictu sensu productions in social management: identifying patterns and their reflexes on the dissemination of the field

Bruna de Oliveira

Universidade Federal do Tocantins – UFT

brunadeoliveira@uft.edu.br

<https://orcid.org/0000-0001-9091-9974>

Airton Cardoso Cançado

Universidade Federal do Tocantins – UFT

airtoncardoso@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0003-4698-1804>

RESUMO

Os estudos e discussões acerca da Gestão Social se iniciaram no Brasil no contexto da década de 1990. A construção desse campo do conhecimento está alicerçada num modelo antitético à gestão estratégica, onde os indivíduos são colocados como protagonistas no processo decisório, dando-lhes um espaço social de fala, que leve em consideração questões humanas, sociais e ambientais. Em aproximadamente 30 anos de estudos e interpretações, a Gestão Social deixou registros de sua evolução científica. Esse contexto induziu o presente artigo a identificar padrões de comportamentos nas teses e dissertações produzidas sobre a temática. Por meio da aplicação da técnica de *data mining* foram mapeados, geograficamente, os orientadores e avaliada a disseminação da temática. Foram filtradas as teses e dissertações disponibilizadas pela CAPES no período de 2013 a 2019 com a expressão “Gestão Social”. A aplicação de um algoritmo de segmentação dividiu as 271 produções científicas encontradas em grupos. Os resultados apontam que um pequeno grupo de professores é responsável pela maioria das orientações. Além disso, em determinados estados brasileiros, o campo encontra-se mais institucionalizado, enquanto em outros, as pesquisas relacionadas à Gestão Social estão menos presentes.

Palavras-Chave: Gestão Social; Stricto Sensu; Pesquisa; Produção Científica.

ABSTRACT

The studies and discussions concerning social management have started in Brazil on the 1990s context. The constructions of this knowledge field is based on an antithetic model to strategic management where individuals are considered as protagonists on the decision-making process, therefore, enabling them with a social space of speech that takes in consideration human, social and environmental issues. During approximately 30 years of studies and interpretations, social management has left records of its scientific evolution. This context has induced this work to identify patterns of behavior on the thesis and dissertations produce on the theme. Applying the data mining technique the authors/advisors were geographically mapped and it was also evaluated the spreading of the theme. Thesis and dissertations made available by CAPES were filtered from 2013 to 2019 containing the expression “Gestão Social”. The application of a segmentation algorithm has divided the 271 scientific productions that were found in groups. The results show that a small group of professors are responsible for most advisements. Further on, in certain Brazilian states, the field is more institutionalized, while in others the researches concerning social management are less frequent.

Key-words: Social Management; Stricto Sensu; Research; Scientific Production.



1 INTRODUÇÃO

A construção da Gestão Social como um campo teórico e prático e a institucionalização de seus fundamentos tem sido possível pelas contribuições de pesquisadores de diversas instituições brasileiras. A discussão em torno de um modelo de gestão mais justa entrou na agenda de pesquisa de universidades brasileiras e aos poucos tem sido incorporada aos discursos e agendas do setor público, de empresas privadas, organizações não governamentais e movimentos sociais.

A Gestão Social, ao que as bibliografias indicam, nasce no Brasil, na década de 1990 com pesquisadores que, a partir da leitura dos críticos da racionalidade instrumental, como Guerreiro Ramos e estudiosos da escola de Frankfurt, encontraram o alicerce para o desenvolvimento de um campo do conhecimento voltado para uma gestão democrática, onde a participação das pessoas nos processos de decisão é valorizada e incentivada.

A Gestão Social nasce num contexto em que a própria sociedade brasileira buscava se livrar do autoritarismo e repressão do período da ditadura militar e demonstrava anseio por ser representada nas decisões governamentais e da esfera privada. A Constituição Federal de 1988 trouxe exatamente o que população brasileira buscava: o caminho para a democracia. Para Guerra e Teodósio (2015), o contexto sociopolítico influenciou a implementação de centros e programas de estudos baseados na dialogicidade e na reflexividade.

Em contraste ao modelo da gestão estratégica, predominante no ensino, na pesquisa e nas ações organizacionais, a Gestão Social sugere práticas que buscam equilibrar o interesse individual com o interesse coletivo. Essa perspectiva evidencia que a Gestão Social perpassa pela superação de impasses que residem não somente nas organizações, mas na formação dos indivíduos. Por se tratar de um constructo, que carrega significados polissêmicos e interdisciplinares, a Gestão Social tem recebido várias interpretações e críticas. No entanto, há um esforço por parte de pesquisadores, no sentido consolidar

conceitual e teoricamente a Gestão Social e difundir os estudos e debates em torno da Gestão Social.

Com base no exposto, o presente artigo buscou identificar padrões nas teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação *Strictu Sensu* sobre Gestão Social, registrados junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ CAPES, no período de 2013 a 2019, e mapear geograficamente tais produções científicas.

Passados aproximadamente 30 anos de estudos em Gestão Social, acredita ser relevante para a disseminação do campo conhecer quantitativamente sua trajetória evolutiva e avaliar o nível de institucionalização e disseminação da temática nas regiões geográficas brasileiras.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 DE UMA GESTÃO ESTRATÉGICA A UMA GESTÃO SOCIAL

Compreender a Gestão Social requer conhecer os fundamentos teóricos que sustentam seu conceito. Para Tenório (1998), o arcabouço teórico da Gestão Social apoia-se na teoria do sociólogo brasileiro Alberto Guerreiro Ramos e no referencial teórico-crítico de cientistas sociais da primeira geração da escola de Frankfurt como Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse e da segunda geração como Jürgen Habermas, sobre a racionalidade instrumental.

Caracterizada como um tipo de ação social fundada no cálculo, na eficiência e na busca pelo melhor desempenho econômico, a racionalidade instrumental, tão criticada por Guerreiro Ramos e os frankfurtianos é o que sustenta as relações sociais na maioria das organizações no contexto capitalista.

Para Ramos (1981), a visão egocêntrica e individualista, segundo a qual o agir racional leva ao alcance de interesses e ao bem estar, guia o comportamento dos sujeitos no sentido da vantagem econômica. Porém, como ressalta Vizeu (2005), essa ação é monológica, autoritária e dominadora. Ao colocar o mercado no centro das relações, impede

que os sujeitos tenham consciência de que estão sendo manipulados.

Os frankfurtianos da primeira geração criticaram a racionalidade instrumental por acreditarem que tal razão se estende a outras dimensões da vida humana (a personalidade, a cultura, a interação entre grupos sociais) inibindo a emancipação do homem. Tais estudiosos, numa perspectiva pessimista, acreditavam que os pensamentos e ações das pessoas seriam sempre levados pela ótica da razão instrumental (TENÓRIO, 1998).

Jürgen Habermas, da segunda geração da escola de Frankfurt, ampliou a discussão ao oferecer uma saída para a racionalidade instrumental, partindo da constatação de que a gestão estratégica conduz ao quietismo e não permite aos sujeitos determinarem seus verdadeiros interesses. Logo, impede a democratização das relações na sociedade contemporânea.

Ao ampliar o conceito de racionalidade, uma do sistema e outra da organização, Habermas apresenta o paradigma da ação racional comunicativa. Seu objetivo é desenvolver uma teoria que conduza o homem à reflexão, ao questionamento. Sendo assim, a Teoria da Ação Comunicativa/TAC parte de uma análise sociológica da relação que um indivíduo estabelece com outro, por meio da linguagem, e propõe um caminho para a transformação social, onde as pessoas sejam libertadas da imposição e da coerção, que sustentam o modelo dominante (VIZEU, 2005).

A ação racional comunicativa, de acordo com a perspectiva teórico-social habermasiana, baseia-se na comunicação, ou seja, no diálogo entre duas ou mais pessoas. Para o filósofo e sociólogo, a inexistência da comunicação nas organizações é um problema que não se sustenta mais, pois tem propiciado um espaço social não gratificante. Com sua teoria da ação comunicativa sugere um novo modelo de gestão para as organizações, onde as pessoas troquem informações buscando compreender umas às outras (HABERMAS, 1987).

Ao defender um gerenciamento dialógico, onde os atores envolvidos têm liberdade de expor seus argumentos sem impor suas pretensões, a proposta habermasiana vem para promover uma mudança

radical na gestão das organizações, de modo a torná-las verdadeiramente sociais, onde as decisões sejam baseadas no consenso, definido por meio da apreciação intersubjetiva. A premissa analítica da gestão social é o agir comunicativo e a democracia deliberativa de Jürgen Habermas (TENÓRIO, 1998; TENÓRIO; ARAÚJO, 2020).

Apesar da ação racional instrumental estar predominante na gestão das organizações, nas últimas décadas tem surgido formas alternativas de ordenação social e de produção, que seguem uma lógica mais “humana”, que se contrapõe à lógica utilitarista tradicional, como é o caso da chamada “Gestão Social”.

2.2 GESTÃO SOCIAL: PERSPECTIVA DE UM MODELO DE GESTÃO (EM CONSTRUÇÃO)

Acredita-se que os primeiros estudos sobre Gestão Social tenham se desenvolvido no Brasil, durante a década de 1990, tendo como primeira referência o pesquisador Fernando Guilherme Tenório. O conceito foi visitado num contexto de contradição teórica, marcado de um lado pela abertura de espaços de participação proporcionada pela Constituição Federal de 1988, e por outro, pela onda do neoliberalismo econômico recomendada pelo Consenso de Washington. Trata-se de um recente campo de estudos que propõe um modelo de gestão mais democrático para as organizações.

Cançado, Pereira e Tenório (2015) apontam que a perspectiva de Guilherme Fernando Tenório sobre a Gestão Social encontrou no pensamento de Alberto Guerreiro Ramos e dos frankfurtianos Theodor Adorno, Herbert Marcuse e Max Horkheimer os fundamentos para a idealização da Gestão Social. A elaboração do conceito por Tenório apoiou-se também na Teoria da Ação Comunicativa e no conceito de cidadania deliberativa de Jürgen Habermas.

Para compreender as origens da Gestão Social é preciso retomar ao passado e examinar as relações históricas entre Estado, mercado e sociedade. De acordo com Cançado, Pereira e Tenório (2015) os

diferentes tipos de gestão que hoje existem resultam de um processo de rupturas de poder¹.

Com essa nova sociedade surge a perspectiva da Gestão Social, um modelo que se contrapõe à gestão estratégica ao colocar as pessoas como protagonistas no processo decisório, dando-lhes um espaço social de fala, que leve em consideração questões humanas, sociais e ambientais. O conceito de Gestão Social de Tenório (1998) desenvolve-se sobre os pressupostos do agir comunicativo de Habermas, sendo definido como um processo gerencial dialógico, onde todos falam, ouvem e consideram o que os demais dizem. Além disso, a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação.

Para Cançado, Pereira e Tenório (2015), o ponto de partida para uma Gestão Social está na compreensão dos interesses dos envolvidos. Isso só é possível em espaços e contextos democráticos, em que o diálogo permita a um sujeito entender o que está sendo dito pelo outro.

Para Araújo (2014):

[...] pode-se afirmar que a gestão social é um campo de saberes e práticas referentes aos modos de gerir interorganizações, territórios e relações sociais, sendo orientado por uma ideologia social e do interesse público, orquestrando diferentes escalas e tipos de poder. Prevaecem a lógica humanitária, do interesse público e do social em detrimento dos interesses privados, individuais e monetários. Os saberes produzidos no campo da gestão social nascem de processos indutivos de práticas gestonárias participativas, horizontais, dialógicas e democráticas que podem ser desenvolvidas em diferentes tipos de organização. A fronteira para suas aplicações é definida pelo caráter de expansão da esfera pública e da coprodução do bem público (ARAÚJO, 2014, p. 88).

A perspectiva da Gestão Social está apoiada também no conceito de cidadania deliberativa, segundo o qual “que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos

princípios da inclusão, do pluralismo², da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum” (TENÓRIO, 2005, p.105).

A prática da cidadania deliberativa é possível por meio da participação. A participação só acontece de fato quando os envolvidos compreendem o que estão vivenciando (TENÓRIO; ROZENBERG, 1997). Se o sujeito não entende as razões e consequências de suas ações, será persuadido e seguirá as decisões de outros. Além disso, para ser legítima, a participação não pode ser forçada ou aceita como mera concessão, nem ocorrer por coerção ou imposição. É preciso também que o sujeito tenha consciência de sua importância para o exercício da democracia e consolidação da cidadania.

Nota-se que a abordagem da Gestão Social está atrelada à noção de participação. Por sua vez, Lüchmann (2007) argumenta que a participação é um processo educativo que se constrói pela capacitação e conscientização, individual e coletiva. Nas organizações que seguem o modelo participativo, os envolvidos são inseridos nas discussões e participam das decisões. Tem-se, portanto, na participação, o requisito central capaz de romper com a imposição, exclusão, subordinação e injustiças sociais. Para a autora, por meio da participação ativa dos indivíduos nas organizações sociais se alcançará uma representação legítima. Logo, a participação é o caminho para uma boa representação.

Criar espaços democráticos que incentivem a participação é possível por meio da mobilização e educação. A pergunta que se coloca é a seguinte: que tipo de educação? A formal, ou seja, aquela que primeiro prepara para depois permitir a participação? O processo de participação é um comportamento que requer estimulação multissensorial, para ativação cerebral (DEHAENE, 2022) e pode ser incentivado

¹ Ao realizarem uma análise histórica, Cançado, Pereira e Tenório (2015), partem do contexto dos Estados absolutistas europeus, em que o poder estava centrado nas mãos de uma pessoa, o soberano, que, por conveniência, utilizava os recursos de todos para assegurar a paz e a defesa comum. Nos Estados absolutistas, o gerenciamento dos recursos baseava-se na dominação, ou seja, por meio da administração o governante exercia o poder. A primeira ruptura de poder aconteceu com o surgimento do capitalismo e da burguesia. As medidas dos Estados Nacionais restringindo a liberdade e impondo restrições criaram as condições para a emergência do capitalismo e de uma nova classe, a burguesia, que passou a centrar o poder. Uma segunda ruptura acontece quando a sociedade busca a emancipação do Estado e do mercado, criando uma maneira específica de gerenciar os próprios recursos. Com essa última ruptura, o poder passa para o povo, surgindo uma sociedade que contrapõe à gestão tradicional e que busca um modelo dialógico, democrático, capaz de emancipar o homem.

² Pluralidade de formas de comunicação, que garantam o processo de participação em igualdade de condições: morais, éticas, pragmáticas e de negociação.

utilizando método *learning by doing*³ (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011).

Para Sanches (2011), o aprender no dia a dia, através de situações reais faz com que os indivíduos se sintam parte do contexto e comprometam-se a investigar para agir, procurando sempre a melhor resposta. Portanto, a interação e o envolvimento fazem com que os envolvidos se vejam como corresponsáveis pelos problemas e se empenhem a resolvê-los. Essa prática educativa consiste em conhecer para depois transformar.

Entende-se que por se tratar de um modelo de gestão realizado pela sociedade, para atender a sociedade, onde o coletivo está acima do indivíduo, a prática da democracia deliberativa, ou seja, a participação nas discussões e decisões é, sem dúvida, um requisito obrigatório para se colocar em prática um gerenciamento social.

Cançado, Pereira e Tenório (2015) nos lembram que a existência de espaços democráticos não significa que os resultados serão democráticos. A verdadeira democracia acontece quando as pessoas se dispõem a participar e a aceitar a participação dos demais. No mesmo alinhamento, Lüchmann (2007) chama atenção para o desafio de implantação da participação efetiva. Além da autora, Dahl (2001) aponta que em certas sociedades nem todos tem as mesmas chances de adquirir, compreender e refletir sobre as informações apresentadas, por isso, não conseguem participar das decisões.

Cançado, Pereira e Tenório (2013) acreditam na Gestão Social como um processo, que tem como ponto de partida o Interesse Bem Compreendido/IBC⁴. Isto significa que o primeiro passo para uma Gestão Social está nos indivíduos. É preciso que as pessoas mudem seu jeito de pensar e comportar e adotem como regra para a vida que seus interesses podem ser equilibrados aos de outras pessoas. A compreensão acerca do Interesse Bem Compreendido traz um fundamento moral de comportamento para o homem. (ver Figura 1)



Figura 1 O caminho para uma gestão social

Fonte: Adaptado de Cançado, Pereira e Tenório (2015)

O Interesse Bem Compreendido só é possível em espaços democráticos, onde todas as pessoas, sem discriminação, são incluídas nas decisões. Unindo esses dois pressupostos, é possível libertar-se da imposição. Esse é o caminho proposto para uma Gestão Social.

Colocar em prática os aspectos teóricos da Gestão Social perpassa por impasses. Tenório e Araújo (2020) lançam questões reflexivas “Até que ponto é admissível, num mundo dominado pelo valor de troca, apontar caminhos fundamentados no valor de uso? O primeiro é colocar em prática os próprios fundamentos da Gestão Social, que envolvem o entendimento, a transparência e a participação, num contexto em que o modelo hegemônico se baseia na racionalidade utilitária. Segundo, o ensino em Administração tendência os estudantes para uma formação baseada na racionalidade instrumental. Terceiro, a sociedade, especialmente a brasileira, ainda não possui a cultura de decisões voltadas para o bem comum. Quarto, os espaços de participação, apesar de existirem, ainda não contam com a maioria da população, pois muitos acreditam que participar é exclusivo para aqueles que possuem educação formal.

Nesse sentido, ensinar a dialogar pode ser um caminho para o envolvimento e participação da comunidade. No campo da Gestão Social, a produção de ensaios teóricos, estudos de casos e análises de discurso estão muito presentes. No entanto, há demanda por métodos de intervenção. Teixeira *et al.* (2019) sugerem o Diagnóstico Rápido Participativo Emancipador/DRPE, uma sequência de técnicas que permitem adquirir informações visando identificar problemas, suas causas e possíveis soluções, a partir do diálogo⁵ entre os próprios participantes. Nesse processo de intervenção, pessoas externas à orga-

³ Esse método, foi idealizado pelo educador e filósofo americano John Dewey como uma prática educativa ancorada no “aprender fazendo”.

⁴ A compreensão acerca do Interesse Bem Compreendido/IBC foi apresentada por Alexis de Tocqueville. Segundo o pensador, os interesses dos outros não devem ser rebaixados diante dos interesses que concernem exclusivamente a si (TOCQUEVILLE, 1987).

⁵ “O principal papel da equipe interdisciplinar é de induzir os participantes a identificar seus próprios problemas, causas e prováveis soluções, enfatizando suas demandas dentro de um princípio baseado no diálogo” (Pereira 2017 apud Teixeira *et al.*, 2019)

nização são necessárias para garantir a prática das técnicas participativas.

Essa aproximação teórica é considerada por Cançado, Pereira e Tenório (2015) como uma situação desejada, a qual nunca se atingirá completamente. Há aqueles que acreditam que esta é uma utopia, daqueles que sonham que um dia a sociedade será mais justa. Porém cabe lembrar que em outros tempos, nos séculos XVI e XVII, a humanidade presenciou um modelo de organização social muito próximo ao que a Gestão Social propõe. A história da colonização da América Latina por portugueses e espanhóis nos mostra como padres da Companhia de Jesus construíram uma sociedade de índios, a República Guarani, baseada na democracia e solidariedade, entre os anos de 1610 e 1768 (LUGON, 1977; OLIVEIRA, 2011).

Mesmo sabendo das dificuldades, Tenório (2005) acredita que a democracia deliberativa é a via para a emancipação do homem. Para Chauí (2011), a emancipação acontece quando o indivíduo se liberta das opiniões dos outros, buscando entender suas próprias ideias e dispondo-se a participar de um debate.

[...] uma possibilidade de gestão democrática na qual o imperativo categórico não é apenas o eleitor e/ou contribuinte, mas igualmente o cidadão deliberativo; não é só a economia de mercado, mas também a economia social; não é o cálculo utilitário, mas o consenso solidário; não é o assalariado como mercadoria, mas o trabalhador como sujeito; não é somente a produção como valor de troca, mas igualmente como valor de uso; não é tão somente a responsabilidade técnica, mas além disso, a responsabilidade social; [...] não é o monólogo, mas ao contrário, o diálogo (TENÓRIO, 2005 p. 122).

Assim como Tenório, outros pesquisadores tem movido esforços para tornar a Gestão Social um paradigma reconhecido pela comunidade científica e uma realidade nas organizações.

2.3 A RELEVÂNCIA DA RGS NA DISSEMINAÇÃO DOS ESTUDOS SOBRE GESTÃO SOCIAL NO BRASIL

No Brasil, os estudos e discussões sobre a temática da Gestão Social têm aproximado pesquisadores de instituições de todo o país. A Rede de Pesquisadores em Gestão Social ou simplesmente RGS é o resultado

de interações entre pessoas e instituições que acreditam na produção de conhecimentos em Gestão Social.

A história da RGS tem como marco uma reunião que aconteceu em 2003, em São Paulo, na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas/EAESP/FGV, por iniciativa de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia e outras instituições que vinham se dedicando a temas como desenvolvimento local, economia solidária, gestão de políticas sociais, gestão social, e outros temas relacionados (SCHOMMER, 2014).

O diálogo apontava para a importância de articular atividades e estudos sobre essas temáticas comuns. Os participantes acreditavam que era necessário promover uma aproximação entre pesquisadores de universidades, gestores de organizações da sociedade civil, governos e empresas, os quais vinham experimentando práticas diferentes da gestão privada e pública tradicionais. Entre 2003 e 2007, aqueles que haviam participado da reunião mantiveram contato e organizaram um encontro a nível nacional, o ENAPEGS (SCHOMMER, 2014).

O Encontro Nacional de Pesquisadores e Gestão Social/ENAPEGS é um evento que ocorre periodicamente, desde 2007. Realizado pela Rede de Pesquisadores em Gestão Social, o ENAPEGS tem como propósito reunir pesquisadores, estudantes e todos os interessados na em conhecer a aprofundar o campo de conhecimento da Gestão Social (SILVA JÚNIOR, 2014).

A ideia de realização desse encontro partiu de um grupo de pesquisadores advindos do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia. O evento nasceu com o propósito de ser um ambiente de aproximação, difusão do conhecimento e incentivo a novos estudos. Outro detalhe está na interdisciplinaridade, que é própria do campo da Gestão Social. Apesar da temática “Gestão” estar concentrada na Administração, a ideia é congrega outras áreas afins, como ciências sociais, psicologia, educação (SCHOMMER, 2014).

Para se ter noção da importância que a RGS e o ENAPEGS têm na disseminação das produções científicas sobre a Gestão Social, em 2007, ano de realização do primeiro ENAPEGS, em Juazeiro do Norte/Ceará, foram divulgados 14 artigos e relatos de experiência. Em 2012, na edição realizada na capital

São Paulo o quantitativo de trabalhos divulgados por meio do evento chegou a 194. Em 2020 foram recebidas 377 produções (CANÇADO *et al.*, 2011; MENDONÇA *et al.*, 2012; ENAPEGS, 2020).

Esses 14 anos de encontros revelam o quanto esse evento tem sido importante para o reconhecimento e disseminação do campo da Gestão Social. Percebe-se que além das discussões, o encontro propicia uma troca de experiências científicas, viabilizadas pela apresentação de artigos acadêmicos, relatos de práticas, oficinas e trabalhos de conclusão de curso. Além dessas formas de apresentação, desde 2014, o ENAPEGS também conta com a Escola Livre de Gestão Social, o Cine Gestão Social e a Feira de Economia Solidária que utiliza moeda social.

Tudo isso tem permitido que a Gestão Social amplie seu potencial de reconhecimento como um campo do conhecimento científico. Prova disso está na institucionalização de programas de extensão, graduação e pós-graduação, além da ascensão de centros de pesquisa e criação de periódicos específicos qualificados pela CAPES. Porém, há de se considerar que esse modelo de gestão é novidade, tanto que ainda não chegou plenamente nas comunidades acadêmicas nem nas ruas.

3 METODOLOGIA

Buscando atender aos objetivos propostos de identificar padrões nas orientações produzidas nos programas de pós-graduação *Strictu Sensu* sobre Gestão Social e mapear a evolução geográfica das teses e dissertações sobre a temática, esta pesquisa, ao empregar a técnica de *data mining* (mineração de dados), procurou verificar aproximações ao que propõe a Lei de Lotka ⁶ sobre a produtividade dos pesquisadores.

Segundo Lotka (1926), o número de autores que fazem “n” contribuições num campo científico é igual a mais ou menos $1/n^2$ daqueles que realizam 1 única contribuição. Além disso, a proporção daqueles que fazem uma única contribuição é de aproximadamente 60%.

De acordo com Fayad *et al.* (1996), a mineração de dados é “um passo no processo de descoberta de conhecimento que consiste na realização da análise dos dados e na aplicação de algoritmos de descoberta que, sob certas limitações computacionais, produzem um conjunto de padrões de certos dados”.

O *data mining* é um processo composto pelas seguintes etapas: levantamento e seleção de dados, pré-processamento ou filtragem de dados, cruzamento e interpretação. Por meio dessa técnica é possível garimpar informações armazenadas em um grande conjunto de dados e verificar relações interessantes e tendências de comportamento (CARDOSO; MACHADO, 2008).

Existe uma grande quantidade de informações “escondidas” nos registros de dados disponibilizados pelas instituições e que podem revelar comportamentos relevantes na compreensão de determinados fenômenos.

Por isso, a primeira etapa desta pesquisa consistiu numa consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Deste banco de dados foram selecionadas as teses e dissertações concluídas nos programas de pós-graduação *Strictu Sensu* na série histórica compreendida entre 2013 e 2019, com a expressão Gestão Social. Como resultado criou-se um banco de dados específico em planilha eletrônica.

A escolha do período de análise justifica-se pelo fato de que a plataforma que abriga o banco de dados foi criada em 2013 e as informações divulgadas sobre os anos anteriores são limitadas, não contendo os dados necessários para a análise comparativa.

A segunda etapa reduziu-se a uma filtragem, onde do volume de dados minerados foram eliminados erros de duplicação e outras inconsistências. Dessa forma, o banco de dados resultante passou a conter 271 teses e dissertações.

A terceira etapa baseou-se na transformação dos dados, por meio da aplicação de algoritmos de agrupamento. Para identificar dados semelhantes, as teses e dissertações foram agrupadas por orientador e por biblioteca depositária, o que permitiu criar 4 grupos com características específicas.

⁶ Alfred James Lotka, matemático e estatístico, estabeleceu os fundamentos da lei do quadrado inverso para mensurar as produções científicas num determinado campo.

A quarta e última etapa consistiu na interpretação dos comportamentos e tendências. Os padrões observados possibilitaram o mapeamento geográfico das publicações do *Strictu Sensu* sobre Gestão Social. Assim foi possível verificar o nível de disseminação do campo de estudo.

Os resultados são apresentados na sequência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Buscando atender ao objetivo proposto neste artigo, conforme apresentado, realizou-se uma consulta às Teses e Dissertações divulgadas pelas CAPES, especificamente em relação ao termo “Gestão Social”. Para conhecer o histórico evolutivo da produção científica dos programas de pós graduação sobre a Gestão Social, criou-se uma linha do tempo, expressa pelo Gráfico 1. Verifica-se que a produção de teses e dissertações aumentou expressivamente entre 1996 e 2017, com um crescimento de 98,4%.

Cabe ressaltar que os estudos de Gestão Social se iniciaram no Brasil na década de 1990, com a constituição dos primeiros centros e programas de estudos e aos poucos se expandiram para a agenda de pesquisadores de outras universidades do país. O crescimento da produção acadêmica mostra que a Gestão Social está entrando para a agenda de pesquisa das instituições, o que contribuiu para a consolidação do campo.

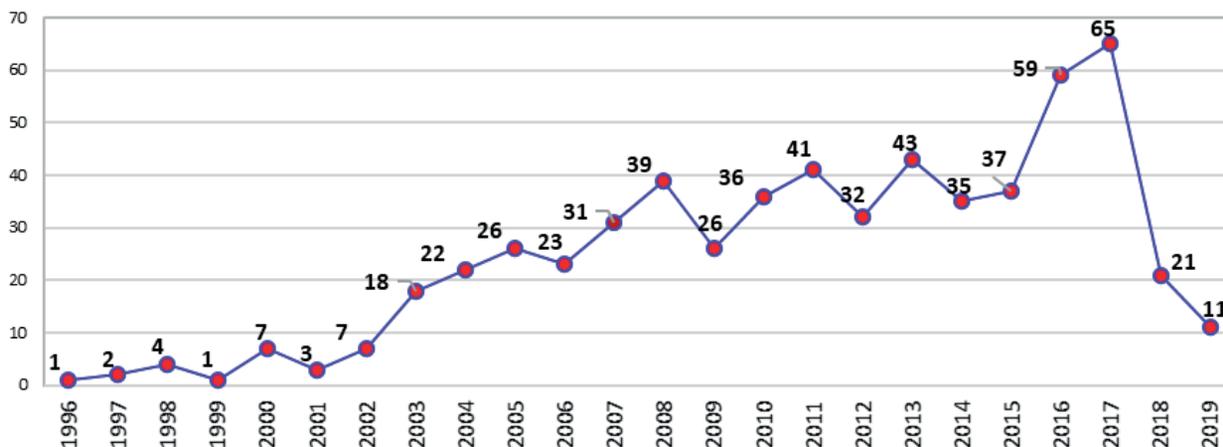
Observa-se ainda no Gráfico 1 que a partir de 2017 houve uma queda nas produções. Esse fenômeno pode ser justificado por dois motivos. O primeiro é que os programas de pós graduação do país vivenciaram um corte de recursos financeiros destinados à concessão de bolsas para estudantes. Tanto que em 2017 o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes identificou 74.370 trabalhos e em 2019 esse número caiu para 57.717, uma redução de 22%. Logo, essa diminuição no quantitativo de produções científicas não é específica para a Gestão Social.

O segundo motivo é que a Gestão Social envolve produções interdisciplinares, o que significa que existem temáticas que não mencionam no título, resumo ou palavras chaves a expressão “Gestão Social”, mas estão vinculadas a ela.

Dentre os temas recentemente desenvolvidos e que estão relacionados à Gestão Social estão: Gestão do Desenvolvimento Territorial, Economia Solidária, Inovação Social, Empresas Sociais, Avaliação de Políticas Públicas, Democracia e participação, Tecnologias Sociais, Economia do compartilhamento, Ação coletiva em comunidades tradicionais, dentre outros, como aponta o Gráfico 2.

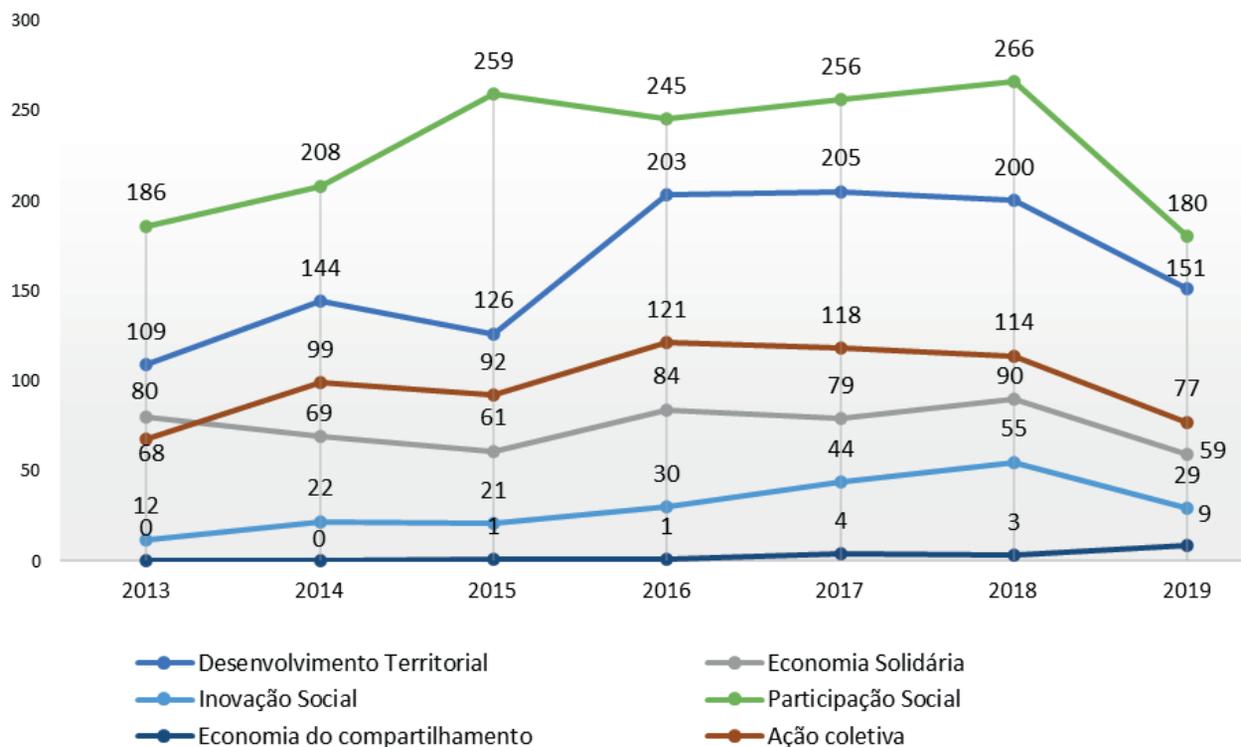
Após conhecer quantitativamente a trajetória das publicações científicas no âmbito dos programas de pós graduação das Instituições de Ensino Superior brasileiras, buscou-se avaliar a evolução das dissertações e teses. Entre 2013 e 2019 foram produzidos 271 trabalhos, sendo 204 dissertações e 67 teses.

Gráfico 1 Produções científicas do *Strictu Sensu* em “Gestão Social” (1996 a 2019)



Fonte: CAPES, 2020

Gráfico 2 Evolução de temáticas vinculadas à “Gestão Social” (2013 a 2019)



Fonte: CAPES, 2020

No que diz respeito à distribuição geográfica, observou-se que os trabalhos não estão disseminados de modo equitativo pelo país. Alguns estados abrigam instituições que produziram mais teses e dissertações do que outros. É o que apresenta a Imagem 1.

A Imagem 1 traz um mapeamento das produções científicas oriundas dos programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) sobre Gestão Social. Percebe-se que, entre os anos de 2013 a 2019 as teses e dissertações estiveram concentradas nos estados de Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Tocantins, Pará e Bahia. Esses nove estados foram responsáveis por 79,3% das produções sobre a temática durante o período analisado.

No outro extremo estão os estados do Piauí, Paraíba, Maranhão, Goiás, Espírito Santo, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Amapá, que juntos representaram apenas 6% das teses e dissertações produzidas no país no período avaliado.

É importante relacionar a distribuição geográfica das produções acadêmicas ao local de realização do principal evento organizado pelos brasileiros

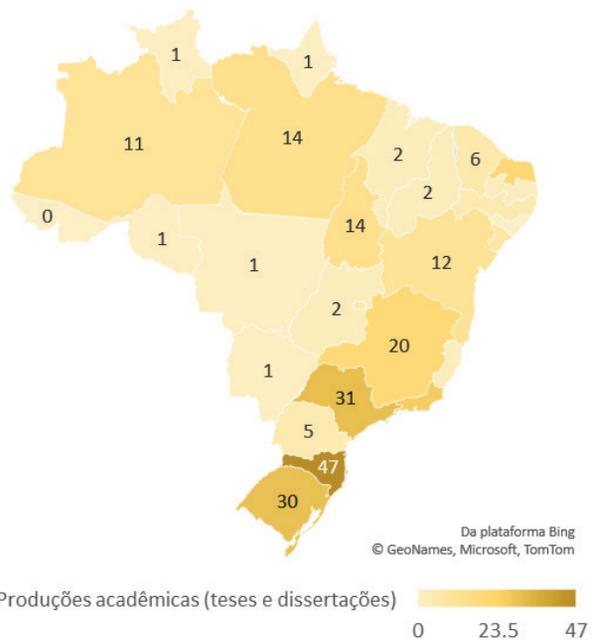


Imagem 1 Mapeamento das teses e dissertações produzidas por estado (2013 a 2019)

Fonte: CAPES, 2020

pesquisadores do campo, o ENAPEGS. Em 2008 o evento foi realizado no Tocantins. Em 2009 foi sediado em Pernambuco e Bahia. No ano de 2010 aconteceu em Minas Gerais e em 2011 em Santa Catarina. Já em 2012 o estado que recebeu o ENAPEGS foi o de São Paulo, enquanto em 2013 foi a vez do Pará. Em 2014 o evento voltou a acontecer na Bahia.

Esse comparativo nos permite inferir que de 2008 a 2014 o ENAPEGS aconteceu nos estados onde o campo da Gestão Social se mostra num nível maior de institucionalização. Outra análise que reafirma o nível de institucionalização desse campo em construção está no vínculo profissional dos pesquisadores que mais orientaram as teses e dissertações.

Conforme Tabela 2, os pesquisadores que mais orientaram as produções acadêmicas de Gestão Social estão vinculados a instituições de ensino superior dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Tocantins, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Amazonas, Pará, Sergipe, Mato Grosso do Sul e Bahia.

Pelo critério de contagem verificou-se que as 271 produções científicas foram orientadas por um total de 229 professores. Neste estudo, que agrupou as dissertações e teses por orientador, verificou-se que há um padrão de concentração nas pesquisas sobre Gestão Social.

Esse padrão pode ser visualizado no Quadro 1. Percebe-se que um pequeno grupo de pesquisadores respondeu por uma quantidade expressiva das orientações do *Strictu Sensu* sobre a temática. Um grupo de 9 pesquisadores foi responsável pela orientação de 9 trabalhos científicos (teses e dissertações) em média, enquanto 171 realizaram apenas uma única orientação.

A chamada Lei de Lotka propõe que 60% dos autores de determinada área realizam apenas uma contribuição. Nesta pesquisa, percebeu-se que 63%

dos orientadores foram responsáveis, cada um, pela orientação de uma única produção científica do *Strictu Sensu*. Esse resultado revela que existe uma concentração na produtividade científica em Gestão Social, o que se ajusta à teoria criada por Lotka.

A Tabela 1 também nos permite relacionar a instituição de formação em nível de doutorado com o local de atuação profissional dos professores que mais orientaram teses e dissertações na última década.

Um fator que chama atenção é a migração. Há pesquisador que se formou em Santa Catarina e atualmente trabalha no Rio Grande do Sul. Outro saiu de Minas Gerais e se vinculou profissionalmente no Tocantins. Há também aquele que se formou no Distrito Federal e atua em Minas Gerais. Outras migrações foram observadas como as de São Paulo para Santa Catarina, São Paulo para Sergipe, Ceará para Rio Grande do Norte, São Paulo para Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro para Minas Gerais, entre outras.

Dos 24 pesquisadores analisados, 13 obtiveram o título de doutor em outros estados/países diferentes ao que possuem vínculo profissional atualmente, o que nos sugere que apesar da concentração em determinados estados, a mobilidade de tais pesquisadores tem contribuído para a propagação do campo da Gestão Social.

Durante o período estudado, os dados da CAPES mostram que no Alagoas não houve produção de tese ou dissertação, o que sugere que nessa região a Gestão Social ainda não foi institucionalizada. Em 2021 a capital Maceió sediou o ENAPEGS, o qual, devido à pandemia da COVID-19, foi realizado online. Esse fato demonstra a preocupação dos pesquisadores do campo em levarem suas discussões para todo o país.

Para fins comparativo, Menon e Coelho (2019) analisaram a produção científica em Gestão Social (GS) entre os anos de 2005 e 2015 e consideraram que 2/3 das produções científicas desse campo resultam de eventos, principalmente das áreas de Administração Pública e Estudos Organizacionais. O discurso colaborativo da Gestão Social também se faz presente nas parcerias entre os autores das produções, que são em maioria professores de programas de pós-graduação. Apesar de anterior, os resultados obtidos nessa investigação assemelham-se aos encontrados no referido estudo.

Quadro 1 Agrupamento de produções científicas (por orientador)

Grupo	1	2	3	4
Professores	9	15	34	171
Orientações	85	71	83	171
Média	9	5	2	1

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 1 Distribuição das produções sobre Gestão Social por pesquisadores

Pesquisador (Orientador)	Instituição de Formação Acadêmica (Doutorado)	Instituição Vinculada	Quantidade de orientações (2013 a 2019)
LUCIANO ANTONIO PRATES JUNQUEIRA	USP	PUC/SP	12
SERGIO LUIS ALLEBRANDT	UNISC	UNIJUÍ	12
LUIS MORETTO NETO	UFSC	UFSC	11
AIRTON CARDOSO CANCADO	UFLA	UFT	11
JOSE ROBERTO PEREIRA	UNB	UFLA	9
FERNANDO GUILHERME TENORIO	UFRJ	FGV/RJ	8
LAMOUNIER ERTAL VILLELA	Université Sorbonne Nouvelle	UFRRJ	8
ANA MARIA DE ALBUQUERQUE VASCONCELLOS	University of Wales Swansea	UNAMA	7
DIETER RUGARD SIEDENBERG	University of Tübingen	UNIJUÍ	7
ALCIDES GOULARTI FILHO	UNICAMP	UNESC	6
DIMAS DE OLIVEIRA ESTEVAM	UFSC	UNESC	6
REGINALDO DE SOUZA VIEIRA	UFSC	UNESC	6
GIOVANA ILKA JACINTO SALVARO	UFSC	UNESC	5
JANETTE BRUNSTEIN	USP	Mackenzie	5
JOSE ELOIZIO DA COSTA	UNESP	UFS	5
ROSA MARIA FISCHER	USP	USP	5
WASHINGTON JOSE DE SOUSA	UFC	UFRN	5
ADRIANA CARVALHO PINTO VIEIRA	UNICAMP	UERJ	4
ARMINDO DOS SANTOS DE SOUSA TEODOSIO	FGV	PUC/MG	4
DEBORA CRISTINA BANDEIRA RODRIGUES	UFAM	UFAM	4
EDUARDO JOSE FERNANDES NUNES	Universidade de Barcelona	UNEB	4
EMANOEL MARCIO NUNES	UERN	UERN	4
MARINEZ GIL NOGUEIRA CUNHA	UFAM	UFAM	4
ROSINHA DA SILVA MACHADO CARRION	UFRGS	UFRGS	4

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações. CAPES, 2020.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise do comportamento das produções científicas em Gestão Social concluídas em programas *Strictu Sensu* do Brasil, verificou-se uma tendência de comportamento. Enquanto campo de estudo em construção, que está avançando e aos poucos sendo disseminado para as regiões geográficas brasileiras, seu caráter multidisciplinar tem agregado cada vez mais pesquisadores de diversas áreas. E os trabalhos desenvolvidos por professores dos programas de

pós-graduação *strictu sensu* das IES tem sido o fator chave para esse progresso.

Apesar dos impasses colocados especialmente pelo modelo de gestão predominante, a Gestão Social tem se mostrado possível não só para as organizações, como também para a gestão de territórios e relações sociais. Acredita-se que, devido às diversas interpretações, o caminho para a consolidação da Gestão Social como ciência e sua institucionalização na sociedade ainda é longo, porém tende a ganhar novos adeptos,

que defendem a valorização do humano, do cultural e do social acima do econômico.

Sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas no sentido de aprofundar o entendimento da disseminação dos debates e produções científicas sobre a Gestão Social. Dentre os caminhos estão as entrevistas com os professores que mais tem se dedicado a orientar trabalhos da temática no Brasil, novos mapeamentos que localizem geograficamente os centros e programas de estudo em Gestão Social e investigações a respeito das práticas de ensino e pesquisa na formação acadêmico-profissional, assim como um mergulho nas produções mais recentes no âmbito da gestão social.

Outras propostas relevantes baseiam-se em estudos científicos que retratem a evolução de outras áreas que dialogam com o a Gestão Social e que revelem o nível de disseminação da temática em países como Argentina, Equador, Chile, Canadá, entre outros.

■ REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, E. T. de. Gestão social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 85-90.
- BOULLOSA, R. de F. (organizadora). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: Editora CIAGS/UFBA, 2014.
- CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba/PR: Editora CRV, 2015.
- CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G.; RIGO, A.; OLIVEIRA, V. A. R. de. **Gestão social: conhecimento e produção científica nos ENAPEGS 2007-2010**. Administração Pública e Gestão Social. v.3, n.2, 2011, p.115-137.
- CARDOSO, O. N. P.; MACHADO, R. T. M. **Gestão do conhecimento usando data mining: estudo de caso na Universidade Federal de Lavras**. Revista de Administração Pública, v. 42, n. 3, p. 495-528, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000300004>
- CAPES. **Catálogo de teses e dissertações**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/> Acesso em 28 abril 2020.
- CHAUI, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2011.
- DAHL, R. A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora da UNB, 2001.
- DEHAENE, S. **É assim que aprendemos: por que o cérebro funciona melhor do que qualquer máquina (ainda...)** São Paulo, 2022.
- ENAPEGS. **Trabalhos aprovados ENAPEGS 2020**. Disponível em: <https://enapegs2020.com/resultado> Acesso em 28 abril 2020.
- FAYYAD, U.; PIATETSKY-SHAPIRO, G., SMYTH, P. **From data mining to knowledge discovery in databases**. American Association for Artificial Intelligence, 1996. https://doi.org/10.1007/3-540-61286-6_131
- GUERRA, J.; TEODÓSIO, A. dos S. de S. **Dialogismo e reflexividade: uma análise da contribuição dos centros e programas de estudos de gestão social no Brasil**. Revista de Ciências da Administração, v. 17, Edição Especial, p. 45-62, 2015. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2015v17nespp45>
- HABERMAS, J. **Teoría de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, 1987.
- LOTKA, A. J. **The frequency distribution of scientific productivity**. Journal of the Washington Academy of Sciences, v. 16, n. 12, p. 317-323, 1926.
- LUCHMANN, L. H. H. **A representação no interior das experiências de participação**. São Paulo: Lua Nova, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000100007>
- LUGON, C. **A república comunista cristã dos guaranis (1610 – 1768)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- MENDONÇA, P. M. E.; DIAS, S. L. F. G.; JUNQUEIRA, L. A. P. **Gestão Social:** notícias sobre o campo de estudos e práticas a partir das interações e debates do VI Enapegs. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, v.46, n.5, 2012. p. 1391-1408. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000500010>
- MENON, I. de O.; COELHO, F. de S. **Gestão social como campo do saber no Brasil:** uma investigação de sua produção científica pela modelagem de redes sociais (2005-2015). Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 24, n. 79, 2019. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v24n79.79851>
- OLIVEIRA, J. R. **O pedido de perdão ao triunfo da humanidade.** 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2011.
- RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações:** uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- SANCHES, I. **Do aprender para fazer ao aprender fazendo:** as práticas de educação inclusiva na escola. Lisboa: Revista Lusófona de Educação, n.19, 2011.
- SILVA JR., J. T. **ENAPEGS.** In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 60-63.
- SCHOMMER, P. C. **Rede de Pesquisadores em Gestão Social.** In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 152-154.
- TEIXEIRA, T. S; ALCÂNTARA, V. D; GARCIA, A. S; PEREIRA, J. R. **O DRPE como Método de Intervenção da Gestão Social.** Rev. FSA, Teresina, v. 16, n. 4, 2019. <https://doi.org/10.12819/2019.16.4.1>
- TENÓRIO, F. G. **Gestão social:** uma perspectiva conceitual. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, v.32, n.5, 1998, p.7-23.
- TENÓRIO, F. G. **(Re)Visitando o conceito de gestão social.** Desenvolvimento em Questão, v.3, n.5, 2005, p. 101-124.
- TENÓRIO, F. G.; ROZENBERG, J. E. **Gestão pública e cidadania:** metodologias participativas em ação. Revista de Administração Pública, v. 31, n. 4, 1997, p. 101-125. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v2n7.43833>
- TENÓRIO, F. G.; ARAÚJO, E. T. **Mais uma vez o conceito de gestão social.** Cad. EBAPE.BR v.18, n.4, 2020. <https://doi.org/10.1590/1679-395120200105>
- TOCQUEVILLE, A. **Democracia na América.** Traduzido e notas Neil Ribeiro da Silva. 2 Ed. Belo Horizonte: EDUSP; Itatiaia, 1987.
- VIZEU, F. **Ação comunicativa e estudos organizacionais.** São Paulo: Revista de Administração de empresas, 2005. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902005000400002>